

SUJEIÇÃO, COSTUME E SENTIMENTO COMO MANUTENÇÃO DA SERVIDÃO FEMININA. STUART MILL E A SUJEIÇÃO DAS MULHERES¹

SUBJECTION, HABIT AND SENTIMENT AS FEMININE SERVITUDE MAINTENANCE: STUART MILL AND *THE SUBJECTION OF WOMEN*

Maria Aparecida Souza Oliveira*

(...) encaro a utilidade como a última instância em todas as questões éticas, mas a utilidade no seu mais largo sentido, a utilidade baseada nos interesses permanentes do homem como ser progressivo

(MILL, 1991, pág.54).

Discutiremos duas questões apresentadas por Stuart Mill em *A Sujeição das Mulheres*. A primeira questão abordada é apresentada pela analogia feita pelo filósofo com outras formas de escravidão, analisando a causa da aceitação da escravização do sexo feminino pelo sexo masculino; o que faria com que isto fosse visto como natural, a saber, o usual era a sujeição de um gênero por outro gênero. Mill vê no costume a implicação da sujeição consensual do gênero oprimido pelo gênero opressor. A segunda questão, a servidão dos sentimentos. Tomando como ponto de partida a visão do filósofo, abordaremos o tema na atualidade.

Stuart Mill, filósofo liberal inglês do séc. XIX, publicou esta obra em 1869, em meio a um importante movimento histórico, no qual as mulheres reivindicavam direitos de cidadania. Mill, no primeiro capítulo de sua obra, *A Sujeição das Mulheres*, apresenta suas indagações. O filósofo atentava para o fato de que, apesar de o mundo ter avançado muito até aquele momento para a libertação de povos escravizados, as mulheres continuavam sendo subjugadas e oprimidas pelo sexo oposto, a saber, as mulheres continuavam sendo vistas como seres inferiores e sem autonomia não só no âmbito público, mas também no âmbito privado.

¹ Comunicação proferida no I Encontro de Filosofia e Gênero da Universidade São Judas Tadeu

* Bacharel em Filosofia pela Universidade São Judas Tadeu

A obra nos dá a possibilidade de pensar o questionamento do filósofo quanto à causa da sujeição das mulheres pelos homens e a aceitação desta condição. As mulheres teriam como “natural” as posições que lhes eram dadas.

Ao destacarmos as características sobre a condição das mulheres perante o gênero masculino, percebemos que as coisas continuam muito parecidas na atualidade. Podemos dizer que tivemos muitos avanços a partir dos meados do século XX, quanto à liberdade da mulher em relação ao trabalho, nas ocupações em cargos públicos, nas publicações editoriais, nas ciências, na política, até mesmo na filosofia; no entanto, nas relações privadas, o comportamento dos homens diante das mulheres ainda é de posse, o que nos dá possibilidade de tratar deste tema pelo mesmo caminho que Stuart Mill seguiu em sua obra. O sentimento ainda amarra as atitudes e o comportamento das mulheres diante dos homens.

Buscaremos, em primeiro lugar, destacar o pensamento de Mill e sua visão quanto aos motivos que levaram as mulheres a se sujeitarem ao jugo dos homens naquele momento. Faremos isto buscando o que o filósofo apresenta no primeiro capítulo da obra *A Sujeição das Mulheres*, ou melhor, focaremos o nosso olhar no que se refere ao comparativo que o filósofo faz do jugo feminino com as outras formas de escravidão, as quais naquele momento deixavam de existir em muitos lugares do mundo.

Num segundo momento apresentaremos o que para o filósofo faz com que as mulheres, mais que qualquer outro ser, sejam escravizadas e se deixem escravizar: “os sentimentos”; implicando assim numa prisão de barreira invisível, mas muito forte. Desta forma, o jugo feminino estaria ligado a uma força que se potencializa ainda mais quando se vale da força bruta, da lei do mais forte.

Por último abordaremos a atualidade no Brasil na questão da violência contra a mulher, norteados pelo olhar de Mill, de forma sincrônica.

Podemos pensar que a escravidão da mulher, para Mill, é o meio de manter o que seria mais confortável para todos naquele momento. O filósofo questiona o fato de as mulheres estarem em luta contra forças que pareciam, de alguma forma, imbatíveis, pois a sociedade enfrentava grandes transformações nas relações humanas; várias barreiras estavam sendo quebradas, muitos gritos de liberdade no ar, e era presumível que nas questões de gênero também houvesse grandes transformações, mas o que preocupava o filósofo é que, apesar dessas tendências liberais, o gênero feminino voltou a ser subjugado e

constrangido sem direitos públicos ou privados. O Reino Unido tinha algo peculiar e natural, a autoridade máxima era de uma mulher “Sua Majestade a Rainha Vitória”, o que para o resto do mundo era visto com estranheza e certo espanto, mas mesmo assim as mulheres não podiam votar e muito menos ser votadas, o que para Mill era uma questão de tempo² e não de falta de capacidade.

Mill expõe seus argumentos apontando para o fato de que estava havendo um retrocesso, pois no século XVIII houve uma ascensão da razão, e por este motivo, no século XIX “*havia um preconceito contra o século XVIII*”; criticavam de maneira veemente tudo que vinha como resposta racional, ou seja: “*A apoteose da Razão deu lugar à do Instinto – e chamamos instinto a tudo o que encontramos em nós para o qual não conseguimos descobrir qualquer fundamento racional*” (MILL, 2006, p.38).

Entendemos o questionamento que o filósofo coloca como um pensamento de alguém que, bem a frente de seu tempo, não se conforma com atitudes tomadas por uma sociedade que não questiona certa situação, transformando algo que naquele momento parecia ser o mais adequado para todos. O que Mill considera uma “falácia”, o costume:

(...) No que respeita à presente questão, estou disposto a aceitar as condições desfavoráveis que o preconceito me coloca. Aceito que o costume estabelecido e o sentimento coletivo sejam considerados concludentes contra mim, a menos que consiga demonstrar que a sua existência, ao longo dos séculos, se tem devido a outras causas que não a justeza, e que o seu poder deriva do que de pior e não do que de melhor existe na natureza humana. Admito que o julgamento me seja desfavorável, a menos que consiga provar que meu juiz foi corrompido. Esta concessão não é tão grande quanto poderia parecer, pois provar isto constitui, de longe, a parte mais fácil da minha tarefa (MILL, 2006, p.38).

Mill assumia a tarefa de entender o porquê de a sociedade aceitar como “natural” a situação de inferioridade da mulher diante do homem, isto é, a sujeição e o conformismo da maioria: a sociedade não questionava as razões pela qual as mulheres se mantinham sob o jugo masculino. A sujeição do gênero feminino pelo masculino era o único fator que se conservara num século de grandes transformações sociais; o exemplo paradigmático foi a libertação do gênero masculino da escravidão³, na maior parte do mundo ocidental. Se a

² O Sufrágio feminino só foi concedido em 1918, depois da luta feminista das sufragistas desde 1910, e de 1979 até 1990, o Reino Unido teve como Primeira-Ministra, Margaret Thatcher, a “Dama de Ferro”.

³ Temos que esclarecer que o autor faz uma analogia com a escravidão dos povos em geral, mas não esclarece que os escravos, após a abolição, não tinham adquirido direitos de cidadania plena, assim como as mulheres.

“escravidão feminina” se manteve, seria somente por costume. O filósofo apresenta argumentos para justificar esta afirmação, quais sejam, quando uma situação se mantém por tanto tempo da mesma forma e nunca muda, é comum pressupor ser a única maneira de ser, isto é, não poderia ser de outro modo.

(...) Ora se, quando foi inicialmente instituída, a autoridade dos homens sobre as mulheres tivesse resultado de uma comparação conscienciosa entre diferentes modos de constituir o governo da sociedade; se, após haverem sido ensaiadas diversas formas alternativas de organização social – governo das mulheres sobre os homens, igualdade entre ambos, e todos os sistemas de governo misto ou partilhado que fosse possível imaginar –, se tivesse decidido, face ao testemunho da experiência, que o modo segundo o qual as mulheres se encontram totalmente submetidas aos homens, sem qualquer participação nos assuntos públicos e, a nível particular, individualmente obrigadas por lei a obedecer ao homem a quem associaram o seu destino, era o sistema mais favorável à felicidade e ao bem-estar de ambos: se assim tivesse sido, a sua adoção geral poderia então ser justamente considerada uma prova de que, na altura em que foi instituída, essa prática era melhor – ainda que, mesmo neste caso, as considerações que a aconselhavam pudessem, à semelhança de tantos outros fatos sociais primitivos da maior relevância, ter subsequentemente, no decorrer dos séculos, deixado de existir (MILL, 2006, p.39-40).

Mill quer que entendam que o modo de pensar naquele momento é natural e condiz com o momento histórico; o pensamento da sociedade é um reflexo do passado, mas só será percebida a “*condição primitiva da humanidade*” pelos estudiosos da história:

(...) As pessoas não têm consciência de como a vida nos tempos antigos estava inteiramente subordinada à lei do mais forte, nem de como esse fato era pública e abertamente admitido – não direi cínica ou despidoradamente, uma vez que essas palavras pressupõem o sentimento de que nisso existia algo de que se deveriam envergonhar, e nenhuma noção desse gênero teria cabimento no intelecto de alguma pessoa desse tempo, a menos que se tratasse de um filósofo ou de um santo. (MILL, 2006, p.44).

Passava despercebido para o senso comum o modo como a sociedade ainda mantinha suas tradições mais primitivas. Ao modo de ver do filósofo, era natural não enxergar as terríveis tradições que ainda eram mantidas, como a escravização do gênero feminino pelo masculino.

O filósofo aponta para os motivos que levariam à manutenção deste estado de coisas: do âmbito público para o privado, os homens são subordinados comumente em

Denominamos “escravidão feminina” a relações de gênero no âmbito privado, mas não desconsideramos a necessidade de igualdade de direitos em âmbito público.

várias instâncias públicas, como também privadas, com exceção da realeza; daí sempre se sentirem comandados e muitas vezes até mesmo escravizados “psicologicamente”. Há sempre alguém que possui uma posição superior, com mais poder, e desta forma o leva a obedecer: “*Ora, que diferença não existe entre estes casos e o poder dos homens sobre as mulheres!*” (MILL, 2006, p.50). Mill não quer com isto justificar o que acontece, muito menos dar como aceitável. O autor pretende demonstrar como o jugo dos homens sobre as mulheres perpetua-se historicamente, comparado com as outras formas de dominação que perduraram, apesar de tudo, até aquela época.

Podemos dizer que o filósofo nos apresenta a vida privada como modo de dominação permanente dos homens em relação às mulheres. O sexo masculino encontra um meio de exercer o seu poder quando se torna “chefe de família”.

(...) Seja qual for a gratificação do orgulho proporcionada pela detenção de poder, e seja qual for o interesse pessoal no exercício, encontra-se, neste caso concreto, confinado a uma classe limitada, mas que é comum a todo sexo masculino. Em vez de ser, para a maioria dos seus adeptos, algo desejável sobretudo em abstrato ou, como acontece com os objetivos políticos habitualmente disputados por partidos, de pouca importância a nível pessoal para todos quantos não sejam líderes, este poder entra diretamente em casa, na pessoa e no lar de cada homem chefe de família e de quantos anseiem vir a sê-lo (MILL, 2006, p.51).

O pensamento de Mill nos revela que a manutenção do jugo da mulher favorecia o desejo de poder dos homens: seria a forma de demonstrar a força masculina que não pode ser demonstrada em outras instâncias.

Mas o filósofo deixa claro que nada do que foi apresentado justifica a manutenção deste estado de coisas. Seus argumentos vão ao encontro do que podemos dizer ser hoje a nossa realidade:

A nossa reflexão até aqui é mais do que suficiente para demonstrar que o costume, por muito universal que possa ser, não autoriza, neste caso, nenhuma presunção, nem justifica qualquer preconceito a favor do sistema que coloca as mulheres num estado de sujeição social e política em relação aos homens. Mas posso ir mais longe e afirmar que o curso da História e as tendências progressistas da sociedade humana não só não nos permitem qualquer presunção a favor deste sistema de desigualdade de direitos como nos proporcionam, pelo contrário, uma forte presunção contra ele; e que, se todo o processo de evolução humana até aos nossos dias e todo o fluxo das atuais tendências nos autorizam qualquer interferência nessa matéria, será no sentido de considerar que esta relíquia do passado está em colisão com o futuro e tem necessariamente de desaparecer (MILL, 2006, p.62).

Nas questões que confirmariam a manutenção do estado de sujeição e jugo feminino existe uma razão subjetiva, mas ao mesmo tempo coletiva e psicológica, ou seja, existe no inconsciente coletivo um sentimento de obrigação do gênero feminino para com o gênero masculino. Para o filósofo a escravização das mulheres se torna a pior, pois é uma escravização vista como algo consentido e “natural”⁴; seria uma “sujeição” porque, na maioria das vezes, ocorre dentro de sua própria casa e geralmente é cometida por seu companheiro (marido, namorado e até mesmo filhos). Sendo assim, é muito mais difícil de detectar e erradicar. Mill nos diz que:

(...) Por aqui se vê como é verdade que “antinatural” significa geralmente apenas “inusitados”, e que tudo o que é usual nos parece natural.

Sendo a sujeição das mulheres aos homens um costume universal, tudo o que daí se desvie é, evidentemente, visto como uma anormalidade. Mas mesmo neste caso, a experiência demonstra-nos à saciedade o quanto esse sentimento está dependente do costume (MILL, 2006, p.55).

O “costume” fez com que todos vissem o jugo do gênero masculino sobre o gênero feminino como “natural”, afinal as mulheres sempre foram consideradas “seres mais fracos”; por isso é comum além das mulheres serem subjugadas, serem também dependentes dos homens, e com isso as mulheres teriam uma “natureza escrava”.

Mill fala da sujeição pelos sentimentos, a doutrina que a sociedade machista faz desde sempre: as mulheres são escravas voluntárias; os homens não querem escravas forçadas.

Todas as causas, sociais, naturais, se conjugam para minimizar as possibilidades de as mulheres se rebelarem coletivamente contra o poder dos homens. A sua posição é desde logo diferente da de todas as outras classes subjugadas pelo fato de os seus senhores pretendem delas algo mais do que um simples serviço. Os homens não querem unicamente a obediência das mulheres, querem também os seus sentimentos. Todos os homens, à exceção dos mais grosseiros, desejam ter, na mulher a quem estão intimamente ligados, não uma escrava forçada, mas uma escrava voluntária, e não somente uma escrava, mas uma favorita. Recorreram, por conseguinte, a todas as estratégias para escravizar suas mentes. (...) Os donos

⁴ (...) Até um intelecto como o de Aristóteles, que tanto contribuiu para o progresso do pensamento humano, defendeu esta opinião sem quaisquer reservas, baseando-se nas mesmas premissas em que a aplicação desta tese ao domínio dos homens sobre as mulheres habitualmente se firma – a saber, que existem diferentes naturezas entre os seres humanos, naturezas livres e naturezas escravas; e, enquanto os gregos tinham natureza livre, as raças bárbaras dos trácios e dos asiáticos tinham uma natureza escrava. (MILL, 2006, p.53-54)

das mulheres quiseram mais do que simples obediência – seja medo deles próprios, ou medos de natureza religiosa. (...) Todas as mulheres são, desde a mais tenra infância, criadas na crença de que o seu ideal de caráter é diametralmente oposto ao dos homens: não vontade própria e capacidade de se governarem autonomamente, mas submissão e rendição ao controle dos outros (MILL, 2006, p.59-60).

Na atualidade, podemos pensar que a maioria dos crimes contra as mulheres são cometidos por homens que não aceitam o grito de liberdade de “suas mulheres”; a ousadia da mulher incomoda aos homens que mantêm suas mulheres como prisioneiras sentimentais.

Recentemente vimos nos noticiários a libertação de três mulheres que foram mantidas presas durante dez anos, contra a vontade, utilizando literalmente do cárcere privado como cativeiro, o Sr. Castro foi preso na semana passada na cidade de Cleveland nos Estados Unidos da América, depois que uma de suas vítimas, Amanda Berry, de 27 anos, ter conseguido pedir ajuda a um vizinho e fugir do cativeiro com a filha de seis anos. A polícia invadiu a casa e resgatou outras duas jovens: Gina De Jesus, de 23, e Michelle Knight, de 32. As três foram raptadas em diferentes momentos - em 2002, 2003 e 2004.

O que mais causou espanto é que o fato ocorreu em um país defensor da liberdade individual. Se isto ocorre em Cleveland, não precisaremos ser muito imaginativos para pensar o que acontece em nações menos liberais. No Brasil, temos notícias diárias de crimes contra as mulheres, e estes são comumente cometidos por seus companheiros. No âmbito privado podemos observar com frequência que as coisas se mantêm como antes, ou seja: muitas mulheres continuam devendo obediência aos homens nas questões sentimentais. Em caso de desobediência a esta “ordem”, correm o risco de perder a própria vida ao se rebelarem e enfrentarem seus opressores.

Referência bibliográfica

Mill, John Stuart. **A Sujeição das Mulheres**. Tradução de Benedita Bettencourt. Almedina, Coimbra, 2006.

<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/05/09/jovens-de-cleveland-deixaram-cativeiro-por-duas-vezes-em-uma-decada.htm> acesso em 14/05/2013